



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NA SALA VERDE UFU SUSTENTÁVEL

EUNIR AUGUSTO REIS GONZAGA; VANESSA CRISTINA TAVARES DA SILVA

RESUMO

As Salas Verdes são centros de educação ambiental, viabilizadas por meio de convênios firmados entre organizações públicas e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e possuem como finalidade primordial o incentivo à implantação de espaços educadores, que atuem como potenciais centros de informação e formação ambiental. No município de Uberlândia, em Minas Gerais, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está conveniada e, desta forma, promove ações de educomunicação e executa projetos de responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, justifica-se redigir um relato de experiência, que contemple as ações promovidas por este espaço, visando divulgar as boas práticas ali desenvolvidas e, desta forma, atuar como agente multiplicador, para que novos espaços educativos desenvolvam projetos sobre as temáticas de meio ambiente, sustentabilidade e, não menos importante, sobre a responsabilidade socioambiental da autarquia mantenedora do referido centro. Metodologicamente, realizou-se a análise do conteúdo publicado no endereço eletrônico oficial da sala (www.sustentavel.ufu.br), e em suas redes sociais, nominadas como Sala Verde UFU Sustentável e acesso a partir dos domínios @ufusustentavel no *Instagram* e no *Facebook*. Os resultados obtidos, após análise pelo(a) pesquisador(a), foram categorizados em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a partir dos vieses de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa de cada ação. Por conseguinte, foi possível compreender o quanto as ações do centro de educação ambiental contribuíram para a implementação da Agenda 2030 na Universidade, e também para a implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que são estratégias para se promover a sustentabilidade a partir das ações desenvolvidas pela comunidade universitária no dia-a-dia e, concomitantemente, introduzir as questões ambientais no planejamento institucional, como compromisso do órgão conveniado ao Ministério.

Palavras-chave: agenda ambiental; educação ambiental; objetivos de desenvolvimento sustentável; sala verde; sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, há um consenso global que o dano ambiental e as mudanças climáticas têm se tornado uma realidade, e não somente um possível futuro. Assim, vê-se que as preocupações com agenda ambiental global são ressaltadas, com acordos internacionais, metas globais e esforços coletivos.

O que deveria ser uma cooperação mundial com metas a diminuir os impactos ambientais, acaba enfrentando desafios de aplicação para as mudanças reais, que vão desde a falta de articulação local até os mais altos níveis de influência política. Neste caso, quando as

grandes potências elegem representantes contrários às causas ambientais, suas proposições acabam prejudicando a implementação de ações e práticas em prol da temática ambiental. Trata-se de uma questão sistêmica, intrinsecamente vinculada aos modelos produtivos e econômicos contemporâneos.

“A pesquisa científica e a experiência cotidiana têm reunido evidências crescentes de que o atual modelo civilizatório, marcado pela expansão capitalista, pelo ideário neoliberal, por extremas desigualdades sociais e por uma cultura individualista, competitiva e consumista, tem ameaçado a estabilidade ecossistêmica, a vida social e comprometido a expectativa futura da existência humana no planeta.” (LIMA & TORRES, 2021)

Corroborando com esse pensamento, Bruguer (1993) evidenciou como a relação humana com o ambiente também é reflexo da relação que o mesmo estabelece com os seus demais, pontuando como a “história de degradação da natureza é a história de exploração do homem pelo homem”. Assim, vê-se que a degradação ambiental é vantajosa e lucrativa para alguns, e ocorre em concomitância na exploração ou danos a outrem, seja esse outrem o ser humano ou a natureza. A exemplo temos casos de rompimento de barragens de minérios em Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019, ambos casos em territórios mineiros, o prejuízo financeiro não impactou a longo prazo a mineradora responsável, mas os prejuízos foram imensuráveis para a população e ao meio ambiente (Rocha, 2021).

Diante desta perspectiva, onde o lucro é privatizado e o prejuízo torna-se socializado, vale ressaltar que as desigualdades socioambientais e as mudanças climáticas têm se tornado mais frequentes e catastróficas a cada dia, se expressando de diferentes formas mundialmente, mas que tende a afetar desproporcionalmente as minorias sociais marginalizadas, sendo prejudicadas por diversos fenômenos, estruturados por correntes distintas, entre elas pelo racismo ambiental. Essa proposta evidencia que tal população possui acesso desigual aos recursos naturais e aos benefícios do desenvolvimento sustentável. Assim, possui menor capacidade de resiliência climática, que pode ser definida como a capacidade de indivíduos, comunidades, ecossistemas, instituições e economias de prevenir, absorver, adaptar-se e recuperar-se de impactos adversos causados pelas mudanças climáticas.

“Na perspectiva de construção de uma sociedade que busca a igualdade de direitos entre seus membros, faz-se necessária uma educação ambiental que assuma um caráter crítico diante dos problemas ambientais e sociais, ou seja, faz-se necessária uma educação ambiental que seja crítica às desigualdades sociais e aos desequilíbrios nas relações entre sociedade e natureza; que aborde os problemas ambientais como decorrentes dos conflitos entre interesses privados e coletivos, permeados e mediados por relações de poder; que se volte para a construção de uma cidadania ativa, cujo exercício forneça aos educandos e educadores instrumentos para a compreensão de realidades complexas.” (MARTINS & SCHNETZLER, 2018)

Pelos motivos evidenciados acima, as organizações precisam implementar a responsabilidade socioambiental nas ações desenvolvidas pelos seus membros, viabilizando, desta maneira, a gestão ambiental no seu planejamento institucional.

“(…) a eficácia da gestão ambiental requer a superação dessas fragilidades, promovendo uma participação ampla e efetiva. A construção de soluções robustas para os desafios ambientais contemporâneos depende da colaboração ativa e da representatividade de múltiplos atores, visando um futuro mais equilibrado e resiliente em relação ao meio ambiente.” (ALVES & AZEVEDO, 2023)

Buscando solucionar os desafios socioambientais, foram criadas as Salas Verdes, que são centros de educação ambiental viabilizados por meio de convênios firmados entre organizações públicas e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e possuem como finalidade primordial o incentivo à implantação de espaços educadores, que atuem como potenciais centros de informação e formação ambiental. No município de Uberlândia, em Minas Gerais, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está conveniada e, desta forma, promove ações de educomunicação e executa projetos de responsabilidade socioambiental. Neste espaço de debate sobre questões socioambientais, justifica-se a promoção de ações desenvolvidas pela comunidade universitária no dia-a-dia e, concomitantemente, a introdução de questões ambientais no planejamento institucional, como critérios de responsabilidade socioambiental. Desta feita, o objetivo geral do trabalho foi compreender o quanto as ações de um centro de educação ambiental podem contribuir para a implementação da Agenda 2030 na Universidade, e também para a implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que são estratégias para se promover a sustentabilidade na instituição.

2 RELATO DE CASO/EXPERIÊNCIA

Ao se analisar as experiências vividas pelos autores, especialmente após a coleta e análise de dados da Sala Verde UFU Sustentável, pode-se observar as contribuições dos(as) estudantes que participaram (e participam) da equipe desse importante centro de educação ambiental. Essa análise corrobora com a justificativa de se redigir um relato de experiência, que contemple as ações promovidas por este espaço, visando divulgar as boas práticas ali desenvolvidas e, desta forma, atuar como agente multiplicador, para que novos espaços educativos desenvolvam projetos sobre as temáticas de meio ambiente, sustentabilidade e, não menos importante, sobre a responsabilidade socioambiental da autarquia mantenedora do referido centro.

A co-autora experienciou o estágio na Diretoria de Sustentabilidade da UFU, alocada especialmente na Sala Verde, em um período atípico, o pandêmico, no final de 2020 ao início de 2022, remotamente em respeito às medidas de distanciamento social e segurança sanitária. A exemplo, durante esse período, o *Instagram* se tornou uma ferramenta em potencial para cumprir as ações de educação ambiental, por ser uma das redes sociais mais acessadas e assim com potencial de educomunicação, onde foi possível realizar ações de sensibilização e de transmissão de conhecimento em relação às arboviroses. Nesse contexto de distanciamento, os discentes, com auxílio dos técnicos e docentes, produziram conteúdos audiovisuais com recomendações para lidar com a presença do *Aedes aegypti* e consequente prevenção de arboviroses, como atividade de pesquisa e extensão. A Figura 1 registra que, no mês de março de 2024, os(as) jovens puderam apresentar o projeto e alguns de seus equipamentos no III Comunica Ciência, evento de divulgação científica da UFU que levou mostras de trabalhos realizados na universidade para serem apresentados à população uberlandense no Terminal Central.

É importante ressaltar que a atuação como estagiária permitiu, à co-autora, o desenvolvimento de habilidades focadas em gestão, planejamento, sustentabilidade e

educação ambiental; uma experiência que permitiu a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da integração de discentes do ensino médio, técnico e graduação, além de contato com professores e técnicos administrativos. Assim, aperfeiçoando as capacidades de gestão de pessoas, diálogo assertivo, colaboração e intersetorialidade, transparência, transmissão de conhecimentos e aprendizados, análise de ações e proposição de soluções.

Constatou-se que as estratégias se tornam mais efetivas quando houve a integração de diversos públicos para resolução de problemas, a partir de um espaço de discussão e debate crítico sobre uma problemática a partir de uma diversidade de pontos de vistas e percepções, com linguagem não-violenta e escuta apreciativa. O caso da Sala Verde faz isso com excelência ao possibilitar esse espaço de diálogo com a presença de alunos de ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino, discentes da graduação e ensino técnico, além dos técnicos e docentes vinculados às redes de ensino.

Figura 1 - Equipe da Sala Verde apresentando resultados da pesquisa desenvolvida.



Foto: Isadora Pinheiro.

3 RESULTADOS COM DISCUSSÃO

Os órgãos públicos são organizações que geram impacto, tanto no local onde estão operando, como também na comunidade que faz uso dos serviços por eles prestados. As Universidades, por serem autarquias públicas, se encaixam nesse perfil de organização e, desta forma, precisam adotar critérios de responsabilidade socioambiental nas ações desenvolvidas pelos membros de sua comunidade. Além disso, deve-se investir em infraestrutura adequada, evitar desperdícios e promover o consumo consciente, entre outros.

No contexto acima, surgiu a necessidade de se implantar uma agenda ambiental nos órgãos públicos. O Governo Federal, através do seu Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, propôs a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que trata-se de um convênio, por meio do qual os órgãos que aderirem assumem compromisso de promover a sustentabilidade nas ações desenvolvidas na instituição. De acordo com Brasil (2024, s/p), a

Universidade aderiu à agenda no ano 2018, e desde então, recebe certificações (Selo A3P¹), comprovando que estão em dia com os compromissos firmados.

É importante ressaltar que o Sistema de Responsabilidade Socioambiental (ResSoA) da A3P é composto por dois módulos, sendo um deles o diagnóstico dos recursos naturais utilizados, e o outro denominado “módulo de boas práticas”. É neste último que as ações desenvolvidas na Sala Verde contribuem com a implementação da agenda ambiental na Universidade.

Outro compromisso importante, desta vez com foco exclusivo nas ações desenvolvidas, é a implantação da Agenda 2030, e por meio desta a participação nos *rankings* de sustentabilidade, com o intuito de implementá-la considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi a partir destes objetivos que se propôs o presente relato de experiência, com o intuito de descobrir a aderência das ações executadas na Sala Verde com a implantação desta agenda.

Retomando o compromisso governamental, há uma obrigatoriedade legal a ser definida por cada órgão. Trata-se do Plano de Logística Sustentável (PLS), que é um instrumento que contempla desde o uso racional de recursos até o compromisso do órgão em desenvolver ações relativas aos seus objetos de interesse. O PLS contempla energia elétrica, água, papéis e copos descartáveis, uso de combustíveis fósseis, cartuchos de impressão, entre outros. A Figura 2 nos mostra que as ações de sensibilização da Sala Verde, pautadas em educação ambiental, também incidem diretamente no objetivo geral deste planejamento, e conseguem contribuir com a articulação dos diversos planos e agendas institucionais.

Figura 2 - A Sala Verde enquanto instrumento de planejamento ambiental.



Fonte: Elaboração própria.

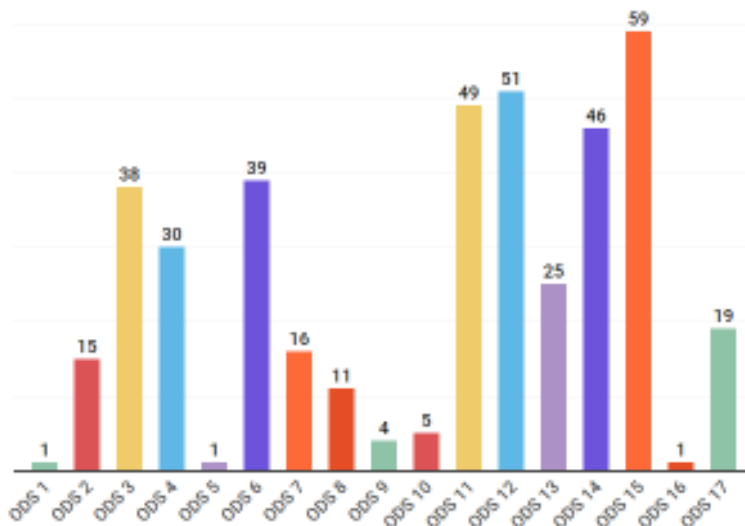
É preciso ter em mente que todos os públicos são atingidos, direta ou indiretamente, pelo planejamento institucional. São pessoas que atuam em diferentes setores, em atividades laborais e acadêmicas distintas, com múltiplos níveis de escolaridade e faixas etárias. De fato, a Universidade é composta desde crianças (no seu colégio de aplicação, denominado Escola de Educação Básica - ESEBA), até adultos de todas as idades. O desafio aqui se manifesta nas estratégias necessárias para contemplar toda a diversidade dos indivíduos que compõem a comunidade universitária. E nesse ínterim, a educação ambiental, com um viés educ comunicativo e considerando estratégias de mobilização social, e de educação popular, se mostram necessárias para que se impacte culturalmente as pessoas. A Sala Verde UFU Sustentável tem vocação extensionista, e desta maneira consegue dialogar tanto com a comunidade interna como também com as pessoas da comunidade externa, que se interessam pelo que ali é desenvolvido e proposto.

Todo esse contexto nos faz resgatar o questionamento de Paula Bruguer, que de tão relevante se tornou elemento do título de uma de suas obras: o que se é praticado hoje, no tocante à educação ambiental, é de fato um processo educativo, ou se trata de um mero “adestramento” das pessoas? É preciso averiguar se essas pessoas seguirão um comportamento coletivo, sem refletir a respeito do que estão fazendo (e do impacto de suas ações), ou de fato estarão se tornando indivíduos autônomos, capazes de refletir sobre a realidade concreta em que vivem e, além disso, terem uma formação cidadã, pautada na sustentabilidade das ações no dia-a-dia, e com responsabilidade socioambiental.

Daí a importância de se ter um Centro de Educação Ambiental (CEA) vinculado aos órgãos e autarquias públicas federais. Neste relato de experiência, evidencia-se que a Sala Verde UFU Sustentável foi a forma de se viabilizar o espaço educativo, por meio de um convênio com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Trata-se de um CEA que promove ações de educação ambiental, a partir das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Esta última pela sua vocação (afinal, está localizada na Prefeitura Universitária), mas atua principalmente com as atividades extensionistas.

Metodologicamente, realizou-se a análise do conteúdo publicado no endereço eletrônico oficial da sala (www.sustentavel.ufu.br), e em suas redes sociais, nominadas como Sala Verde UFU Sustentável e acesso a partir dos domínios @ufusustentavel no Instagram e no Facebook. Os resultados obtidos, após análise pelo(a) pesquisador(a), foram categorizados em seus respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de uma miscelânea de ações desenvolvidas pela Sala Verde, desde o ano de 2019 até o primeiro semestre de 2024, contribuíram diretamente na implementação das agendas governamentais. A Figura 3 evidencia quais ODS se relacionam diretamente às ações elencadas.

Figura 3 - Categorização das ações promovidas pela Sala Verde e a aderência à Agenda 2030.



Fonte: Elaboração própria.

No total, foram 129 ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, que incidiram em mais de um ODS. Uma das ações (12º Circuito Tela Verde) contemplou 11 objetivos; Uma ação (Curso de Capacitação em Desenvolvimento Sustentável) contemplou 10 objetivos; 2 ações contemplaram 9 objetivos; 4 ações contemplaram 8 objetivos; 3 ações contemplaram 7 objetivos; 5 ações contemplaram 6 objetivos; 10 ações contemplaram 5 objetivos; 14 ações contemplaram 4 objetivos; 21 ações contemplaram 3 objetivos; 51 ações contemplaram 2 objetivos; e 17 ações contemplaram apenas um objetivo.

A Sala Verde UFU Sustentável demonstrou vocação (classificada a partir da maior para a menor incidência) para Vida terrestre (ODS 15); Consumo e produção responsáveis (ODS 12); Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); Vida na água (ODS 14); Água potável e saneamento (ODS 6); e Saúde e Bem-Estar (ODS 3). Já as fragilidades evidenciadas (classificadas a partir da menor para a maior incidência) foram Erradicação da pobreza (ODS 1); Igualdade de gênero (ODS 5); Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16); Indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); e Redução das desigualdades (ODS 10).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar que, ao desenvolverem as atividades (majoritariamente) extensionistas elencadas acima, os(as) participantes da Sala Verde utilizaram os resultados obtidos em pesquisas científicas. Nesse ínterim, foram produzidos pôsteres, banners, apresentações orais, oficinas, mini cursos, diversos resumos (simples e também expandidos), capítulos de livro, artigos em periódicos qualificados, e até trabalhos de conclusão de curso (graduação e mestrado *stricto sensu*). Todo esse material científico tem relação direta com as ações promovidas pela Sala Verde UFU Sustentável. Essas ações podem (e devem) ser promovidas em parcerias com outras unidades acadêmicas e administrativas, no âmbito interno, e com demais organizações públicas e privadas, no âmbito externo, permitindo com que, desta maneira, a educação ambiental se torne instrumento fundamental para se garantir a qualidade de vida da comunidade universitária, concomitante à preservação das áreas verdes e dos recursos naturais.

Por conseguinte, foi possível compreender o quanto as ações do centro de educação ambiental contribuíram para a implementação da Agenda 2030 na Universidade, e também para a implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que são estratégias para se promover a sustentabilidade a partir das ações desenvolvidas pela comunidade universitária no dia-a-dia e, concomitantemente, introduzir as questões ambientais no planejamento institucional, como compromisso do órgão conveniado ao Ministério.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. D. O.; AZEVEDO, T. C. GOVERNANÇA AMBIENTAL E DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA. RDE – **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. Dossiê Especial, p. 51–78, 2023.

BRASIL. **Selo A3P - Portal A3P**. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/selo-a3p/>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRUGGER, P. C. et al. **Educação ou adestramento ambiental?**. 1993.

LIMA, G. F. da C.; TORRES, M. B. R. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais contemporâneos e o papel da Educação Ambiental em contextos escolarizados. **Educar em Revista**, v. 37, p. e77819, 2021.

MARTINS, J. P. D. A.; SCHNETZLER, R. P. Formação de professores em educação ambiental crítica centrada na investigação-ação e na parceria colaborativa. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 24, n. 3, p. 581–598, set. 2018.

ROCHA, Leonardo Cristian. As tragédias de Mariana e Brumadinho. **Caderno de geografia**, v. 31, n. 1, p. 184-184, 2021.